

22

*Dilma Cabral
Arquivo Nacional*

'NOSSA HISTÓRIA EM SUAS MÃOS':

**O GUIA BRASILEIRO DE FONTES
PARA A HISTÓRIA DA ÁFRICA,
DA ESCRAVIDÃO NEGRA
E DO NEGRO NA SOCIEDADE ATUAL**

Considerado um dos mais importantes trabalhos de levantamento de fontes já realizado no Brasil, o Guia Brasileiro de Fontes para a História da África, da Escravidão Negra e do Negro na Sociedade Atual esteve integrado ao projeto de modernização do Arquivo Nacional, que compreendeu um conjunto de ações que tiveram por objetivo a superação de seu perfil de arquivo histórico de modelo tradicional. Mais conhecido como Guia de África, este trabalho fez parte da série de publicações Guias de Fontes para a História das Nações, desenvolvida a partir da década de 1960 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), por meio do Conselho Internacional de Arquivos (CIA), com o objetivo de levantar fontes de nações ou regiões do Terceiro Mundo existentes nos arquivos europeus e nos Estados Unidos.

A realização do Guia de África nos oferece múltiplas dimensões de análise, sendo a primeira delas o contexto nacional do período. A execução desse projeto pode ser compreendida na conjuntura específica da década de 1980. O final da ditadura três anos antes e a nova ordem democrática colocaram em pauta a temática de direitos, da igualdade e do acesso à informação, além de demandas culturais e outros atores, que reivindicavam seu papel na construção de políticas e na (re)elaboração da memória relativa ao nosso passado. Se a modernização do Arquivo Nacional se valeu deste processo, ao mesmo tempo uma nova agenda e diferentes desafios foram impostos às instituições arquivísticas brasileiras, o que reforçava a necessidade de dotá-las de condições adequadas às suas finalidades, no que diz respeito tanto à administração pública quanto à sociedade.

É importante lembrarmos ainda que, em 1988, celebrava-se o centenário da abolição da escravatura, e no ano seguinte o centenário da República no Brasil, comemorações que foram caracterizadas pelo esforço de apropriação do passado histórico e pela tentativa de sua reconfiguração. Estas efemérides estiveram no centro de um intenso debate, marcado pelo caráter de crítica e de balanço destes cem anos e do Estado que emergiu ao longo do processo, e pelo questionamento do sentido de tais celebrações.

O PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DO ARQUIVO NACIONAL E O 'GUIA DAS NAÇÕES' DA UNESCO

A ideia de realização dos guias de fontes consagrados às diferentes nações ou grupo de nações, notadamente ex-colônias, conservadas em arquivos europeus ou americanos, foi apresentada pelo Conselho Internacional de Arquivos na 10ª Conferência Geral da Unesco, realizada em Paris, em 1958. No ano seguinte, o comitê técnico encarregado da condução desse projeto definiria seus princípios e linhas gerais. Em dezembro de 1959, tiveram início os trabalhos, cuja primeira fase foi voltada para o levantamento de fontes da América Latina conservadas nos Estados Unidos e Europa. A publicação da série América Latina teve início em 1966⁷¹, seguida pela série África⁷², publicada a partir de 1970, e pela série dedicada a Ásia, África do Norte e Oceania, a partir de 1972 (Kecskeméti, 1988b, p. XXI-XXII).⁷³

Na década de 1980, após a conclusão do levantamento para o guia de fontes da história da África na maior parte dos arquivos europeus e nos Estados Unidos, a Unesco encarregou o CIA de retomar o contato com Portugal, onde os trabalhos haviam sido interrompidos,

- 71 Até 1988, a primeira fase do projeto, dedicado à América Latina, havia publicado volumes referentes a fontes disponíveis na Espanha, Bélgica, Holanda, Suécia, Dinamarca, Itália, Vaticano, República Federal da Alemanha, República Democrática Alemã, Inglaterra, Estados Unidos, França e Portugal (ARQUIVO NACIONAL, 1989, v. 2, p. 450).
- 72 Até 1988, a segunda fase do projeto, dedicado à África ao Sul do Saara, havia publicado volumes referentes a fontes disponíveis na República Federal da Alemanha, Espanha, França, Itália, Vaticano, Holanda, Noruega, Dinamarca, Suécia, Estados Unidos, Inglaterra e Portugal (ARQUIVO NACIONAL, 1989, v. 2, p. 450).
- 73 O Guia Brasileiro de Fontes para a História da África, da Escravidão Negra e do Negro na Sociedade Atual foi o 11º volume da série África e o 34º volume da série Guias de Fontes para a História das Nações.

e convidou o Brasil e a Índia a se integrarem ao projeto (Kecske-méti, 1988b, p. XXII).⁷⁴

O convite para realização do Guia de Fontes da História da África no Brasil deve ser compreendido no âmbito do que ficaria conhecido como projeto de modernização do Arquivo Nacional, que redefiniu o papel da principal instituição arquivística do país. Criado em 1838, o Arquivo Nacional experimentara um processo comum às instituições arquivísticas latino-americanas, constituído com o perfil de arquivo histórico que seria instrumentalizado na consolidação do projeto de Estado-nação desenvolvido a partir do processo de independência. No processo de formação da identidade nacional, ao Arquivo Nacional coube a guarda dos documentos garantidores da unidade política e administrativa da jovem nação, em consonância com o modelo de Estado que se estabeleceu (Costa, 2001).

Decorrente deste perfil institucional, ao contrário dos arquivos nacionais europeus, o Arquivo Nacional manteve-se desvinculado da administração pública e do cidadão na busca pela comprovação de direitos. Ainda que esforços pontuais tenham se verificado em determinados períodos da trajetória institucional do Arquivo Nacional, somente em 1980 se implementaria com continuidade um projeto a fim de superar esse perfil de arquivo histórico que caracterizava a instituição.

O projeto de modernização do Arquivo Nacional foi elaborado a partir de um amplo diagnóstico realizado sobre a situação da instituição, cujo objetivo era dotá-la de condições para executar as funções primordiais de apoio à administração pública, à pesquisa científica e ao desenvolvimento cultural do país e, por fim, ao cidadão, na busca pela comprovação de direitos e acesso ao conhecimento e à informação (Arquivo Nacional, [1989], v. 1, p. 4).

74

No caso da Índia, o projeto também teve alterado seu escopo, recenseando não somente fontes para história da África em seus arquivos e bibliotecas, mas integrando documentos relativos à diáspora hindu na bacia do oceano Índico.

O projeto iria conjugar uma série de ações, como a aquisição de novas instalações, a identificação dos documentos conservados em sua sede e o recenseamento dos não recolhidos, o aperfeiçoamento do corpo de funcionários, a elaboração de legislação federal, um novo regimento e estrutura para a instituição (Kecskeméti, 1988a, p. 6-7). Foi somente a partir de 1983, que foram empreendidas ações no sentido de implementar o Sistema Nacional de Arquivos (Sinar), com atuação voltada prioritariamente para a relação com os arquivos estaduais e municipais, por meio de assistência técnica, programas de treinamento para capacitação de servidores, seminários nacionais de arquivos estaduais e, a partir de 1987, seminários nacionais de arquivos municipais, além da realização do Guia Preliminar dos Arquivos Estaduais, no mesmo ano (Jardim, 2014, p. 152-153).

O arquivista Charles Kecskeméti, secretário-executivo do Conselho Internacional de Arquivos, chama à atenção que os diferentes projetos empreendidos nesse processo foram concebidos a partir de uma dupla perspectiva, nacional e internacional, pois contaram com apoio externo e tiveram um alcance não somente institucional, mas nacional, latino-americano ou internacional. E ainda, as ações desenvolvidas no Arquivo Nacional, além de servirem a finalidades imediatas estabelecidas na pauta do projeto de modernização, voltavam-se também a objetivos mais gerais, como o estabelecimento “de métodos de trabalho e à elaboração de normas, bem como à publicação de artigos, estudos e manuais práticos” (1988, p. 8).

Kecskeméti considerou o Guia Brasileiro de Fontes para a História da África como resultado do efeito multiplicador dos projetos empreendidos pela instituição, ao lado da abertura do curso de arquivologia no Arquivo Nacional e da elaboração de um modelo latino-americano de arquivos, realizado em cooperação com o México e o Instituto Panamericano de Geografia e História (IPGH) (1988a, p. 8).

Esta perspectiva nos fornece elementos que permitem o enquadramento necessário a uma análise mais precisa da importância e amplitude do Guia de África. Tratou-se de um projeto de alcance nacional, que mobilizou uma ampla gama de instituições públicas e privadas, além de ter contado com o apoio de entidades nacionais e internacionais, como Unesco, CIA e Fundação Ford.

Se por um lado sua realização pode ser compreendida no contexto da modernização do Arquivo Nacional, por outro se valeu dos avanços obtidos por este projeto, já que tiveram fundamental importância para sua execução as relações com os arquivos estaduais (Jardim, 2014, p. 152-153). Mas a realização do Guia de África nos oferece ainda outras perspectivas, sendo uma delas o incremento da elaboração de guias a partir da década de 1980.

A tradição de elaboração de guias não era algo especialmente novo, a necessidade de maior conhecimento da realidade das instituições arquivísticas públicas e privadas, e de seus acervos, esteve em pauta, especialmente quando se discutia uma política nacional de arquivos. Nesse sentido, diferentes experiências foram empreendidas em projetos com perfis e objetivos distintos, como a Operação Arquivo (1972-1975), integrada ao Projeto Rondon, que pretendeu realizar um levantamento das condições e da localização de todos os arquivos públicos e privados em âmbito nacional.

No caso de recenseamento de acervos arquivísticos, o Arquivo Nacional constituiu o Grupo de Identificação de Fundos Externos – Gife (1981), no âmbito do programa de modernização da instituição, que recenseou 198 arquivos de órgãos da administração pública federal direta e autárquica; e o Centro da Memória da Eletricidade no Brasil realizou o Guia de Fundos Documentais do Setor de Energia Elétrica (1987) (Conselho Nacional de Arquivos, 2020).

Podemos destacar ainda outros trabalhos, como o Guia Preliminar de Arquivos Estaduais e o Diagnóstico da Situação dos Arquivos do Governo Estado de São Paulo (1987), o Guia Preliminar de Fontes para a História de Brasília (1989), o Cadastro Nacional de Arquivos Federais (1990), o Guia de Fontes Arquivísticas para a História da Mineração no Brasil: 1889-1990 (1993), o Guia de Instituições e Arquivos Privados para a História da Ciência e da Técnica no Rio de Janeiro (1991), o Guia de Fontes para a História Indígena e do Indigenismo em Arquivos Brasileiros: acervos das capitais (1994), o Guia do Patrimônio Documental do Estado do Rio de Janeiro (1997), o Guia dos Arquivos das Santas Casas de Misericórdia do Brasil (2004) (Conselho Nacional de Arquivos, 2020; Indolfo, 2004).

No caso do Cadastro Nacional de Arquivos Federais, coordenado pelo Arquivo Nacional, sua realização esteve relacionada à identificação de documentos a serem recolhidos, pois se enfrentava o desafio do grande volume de massa documental acumulado nos órgãos e entidades da administração pública federal, situação que não seria distinta nos âmbitos estadual e municipal. Por outro lado, os guias temáticos prestam-se ainda a identificar e tornar conhecido do usuário o acervo disponível, bem como suas características mais gerais (cf. Tessitore, 2012), mas também acabam funcionando como *accountability*, na medida em que os cidadãos passam a saber o que existe e se esses acervos estão ou não tratados, permitindo uma situação de controle sobre o avanço do trabalho técnico das instituições.

No caso do Guia de África, seu escopo foi adaptado no Brasil, ganhando contornos singulares, ajustou-se a metodologia e se estabeleceram e consolidaram parcerias, assumindo uma dimensão até então única, que congregou não apenas acervos sob custódia de instituições arquivísticas, mas de perfis diversos, como prefeituras, câmaras municipais, igrejas, cemitérios, cartórios, hospitais, penitenciárias, além de pessoas físicas.

O GUIA DE ÁFRICA E SUA TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL

No prefácio à publicação do Guia de África, a então diretora do Arquivo Nacional, Celina Vargas do Amaral Peixoto, relatava ter recebido, a pedido de Charles Kecskeméti, o chefe da Seção Africana da Divisão de Estudos e Difusão das Culturas, da Unesco, Maurice Glelé, cuja visita destinava-se a verificar a possibilidade de realização de um guia brasileiro de fontes de história da África no Brasil, integrado ao projeto coordenado pelo Conselho Internacional de Arquivos. Este convite, feito em 1984, não contou com o entusiasmo inicial da direção-geral por vários motivos. Conforme relato da diretora-geral, a instituição estava em processo de mudança para sua nova sede, a equipe recém-contratada teria dificuldades em desenvolver um projeto internacional de tal complexidade, além de os recursos da Unesco serem bastante escassos (Franco, 1988, p. XXIII).

O projeto inicial proposto ao Arquivo Nacional, seguindo as bases metodológicas definidas pela Unesco, se voltaria ao levantamento de fontes relativas à história da África e dos africanos no Brasil e à indicação de bibliografia sucinta sobre o tema. Além disso, deveria ser criada uma comissão composta por especialistas e presidida pelo ministro da pasta a que se subordinava o Arquivo Nacional, o Ministério da Justiça. Nesse momento, o recorte do projeto definiu que o levantamento de fontes abrangeria os séculos XVI-XIX e que a pesquisa se limitaria aos estados da Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco e Rio de Janeiro, onde a presença de escravizados teria sido mais marcante (Arquivo Nacional, 1989, v. 2, p. 450).⁷⁵ Ainda em 1985, o Arquivo Nacional apresentou ao CIA um plano de trabalho que previa o envio de relatório sobre os seguintes pontos: criação

75

Esta primeira equipe, criada no final de 1985, foi composta por Maria Amélia Porto Miguéis, Maria Odila Kahl Fonseca e Norma de Góis Monteiro (Arquivo Nacional, 1988, p. XXIII).

da comissão nacional do guia, elaboração da metodologia, levantamento preliminar das instituições passíveis de aderir ao projeto, e início da pesquisa no Arquivo Nacional e assinatura do contrato com a Unesco (Peixoto, 1985, Fundo T4).

A primeira comissão acabou por ser desfeita e o projeto seria retomado no ano seguinte, com a nomeação do coordenador Vitor Manoel Marques da Fonseca, em agosto de 1986, que contou ainda com a colaboração de Jaime Antunes da Silva e Silvia Ninita de Moura Estevão, todos integrantes da então Divisão de Documentação Escrita. A partir da indicação da coordenação, o projeto originalmente proposto pela Unesco seria reconfigurado, um processo de elaboração que considerou a construção de um instrumento de pesquisa que iria identificar documentos em instituições arquivísticas públicas e privadas, mas também em instituições de perfis diversos, como igrejas, cartórios, penitenciárias, hospitais e cemitérios. A realidade de se proceder a um recenseamento de fontes em instituições não tradicionalmente identificadas com a pesquisa histórica, não familiarizadas com princípios que orientam o processamento técnico dos fundos documentais, ou com a terminologia arquivística, em que a questão do acesso ainda se apresentava como um terreno bastante nebuloso significava a necessidade de constituir uma forte base metodológica.

Na adaptação da metodologia adotada no levantamento do Guia de África, um primeiro elemento foi a definição do escopo, o tema inicial 'africanos no Brasil' foi alterado para 'escavidão negra e negro na sociedade atual'. O argumento baseou-se no fato de as fontes mais comumente encontradas nem sempre registrarem se o escravizado, condição de entrada da maior parte dos africanos no país, teriam vindo da África ou nascido no Brasil, bem como permitiria que o trabalho se integrasse às comemorações do centenário da abolição. Além da temática, a abrangência do guia também foi revista. Dos cinco estados inicialmente previstos, optou-se por realizar o levantamento em todo o país (Arquivo Nacional, [1989], v. 1, p. 81).

A proposta de não restringir o guia às capitais conferiu ao trabalho o lugar de uma experiência absolutamente inédita e singular, no formato que assumiria. Ainda que o projeto tenha priorizado a pesquisa exaustiva dos acervos arquivísticos nas capitais, o levantamento desde o início pretendeu atingir o interior de cada estado, tomando como referencial os municípios existentes em 1888. Além disso, foi uma definição metodológica igualmente importante o fato de o recenseamento voltar-se para instituições públicas e privadas, bem como pessoas físicas detentoras de acervos sobre a temática. E ainda, tomou-se como critério de inclusão no guia o acervo estar disponível à pesquisa, ainda que sob regras e condições impostas por seus detentores, como restrição de horário e/ou dias da semana.

Obviamente, num país de dimensões continentais como o Brasil, tais balizas metodológicas foram sendo ajustadas ao longo do trabalho, de acordo com uma série de variáveis, como o maior ou menor apoio dos governos estaduais ou dificuldades de deslocamento para o interior. Nestes casos, o recorte espacial deveria estar adequado à critérios como a representatividade econômica e, por consequência, da proporção de mão de obra escravizada nestas regiões (Estevão; Fonseca; Silva, 1988, p. 4-5). Por fim, foi definido ainda pela coordenação do guia que o trabalho seria executado num prazo curto e com cronograma fixo, em virtude do problema crônico de falta de recursos humanos nas instituições, sendo a pesquisa realizada de agosto de 1987 a fevereiro de 1988 (Estevão; Fonseca; Silva, 1988, p. 6).

Além disso, foram estabelecidas três frentes de trabalho do projeto no Brasil. A primeira, arquivística, coordenada pelo Arquivo Nacional, respondia pelo levantamento de fontes documentais em arquivos públicos federais, estaduais e municipais, arquivos privados, centros de documentação e/ou de pesquisa, bibliotecas, museus, institutos históricos e casas de cultura, câmaras municipais, prefeituras, cúrias, congregações, ordens, irmandades, cartórios, cemitérios, orfanatos, asilos, hospitais, penitenciárias, empresas

antigas, entre outros. A segunda frente ficou a cargo da Biblioteca Nacional, convidada pelo Arquivo Nacional para integrar o projeto. As recomendações metodológicas da Unesco referentes ao levantamento bibliográfico foram redimensionadas, em virtude da avaliação feita pela equipe da ausência de "levantamentos mais exaustivos e sistemáticos, particularmente no que tange a obras de circulação restrita, como teses, monografias, artigos etc.," constituindo-se o guia numa chance de superar tal realidade (Arquivo Nacional, [1989], v. 1, p. 81). Por fim, a terceira frente de trabalho foi constituída a partir da discussão em torno da dificuldade em precisar e identificar o que seriam fontes arquivísticas para o estudo do negro na sociedade, o que daria um contorno ainda mais singular ao projeto no Brasil. A impossibilidade de conduzir esta pesquisa no âmbito do extenso trabalho de levantamento de fontes acabou por levar à integração de um outro parceiro ao projeto de realização do Guia de África, o Centro de Estudos Afro-Asiáticos, que assumiu o cadastro de pesquisadores e instituições voltadas para o estudo do negro na sociedade contemporânea (Arquivo Nacional, [1989], v. 2, p. 451).

A dimensão do trabalho e a quantidade de dados a serem coletados já implicavam a necessidade de automação no processamento, o que orientou a elaboração do questionário. O uso do computador não era algo inédito no Arquivo Nacional, desde 1984 o projeto Memória da Administração Pública Brasileira (Mapa) já se valia da automação na sistematização de suas pesquisas voltadas para história administrativa, resultado de um convênio com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Além da informatização, o questionário procurou adequar-se aos temas história da África e escravidão negra, bem como ao nível de informação que possuíam as instituições arquivísticas e demais participantes do projeto, o que significava "a predominância de acervos desorganizados, seu grau de dispersão, condições inadequadas de guarda e conservação; e variedade de métodos e técnicas de tratamento" (Estevão *et al.*, 1988, p. XXVI).

A concepção metodológica procurou contemplar, nos dados referentes aos acervos, a diversidade na utilização de termos e conceitos da arquivologia. Estes termos, que constavam do instrumento de coleta de dados, serviram de referenciais, mas o projeto preocupou-se igualmente em “respeitar a visão conceitual dominante nas diferentes regiões, de tal forma que o resultado, embora pouco homogêneo, não distorcesse muito a realidade, evitando criar dificuldades para o acesso do pesquisador, e constituísse matéria-prima para posteriores estudos técnicos com fins de normalização” (Estevão; Fonseca; Silva, 1988, p. 12).

É preciso destacar que o esforço de padronização da descrição arquivística neste questionário foi, sem dúvida, um dos aspectos mais relevantes da realização do Guia de África, que, associado às orientações técnicas e aos esforços de capacitação empreendidos pelo Arquivo Nacional por meio do Sinar, acabaram por constituir um de seus legados. Tratava-se de recensear acervos em sua maioria não organizados, em meio a uma diversidade terminológica característica do período anterior aos esforços de elaboração de normas de descrição de documentos arquivísticos pelo CIA, ocorridos ao final da década de 1980. Conforme Fonseca, a experiência do Guia de África, que seria observada igualmente em outros guias realizados ao longo dos anos 1990, “obrigam ao estabelecimento de uma estrutura de coleta de dados comum por diferentes equipes”, o que significou maior “aproximação terminológica, conceitual e metodológica no âmbito da comunidade arquivística” (1999, p. 3). Assim, projetos de recenseamento como o Guia de África permitiram um conhecimento singular sobre a realidade arquivística brasileira, o que se somou às

iniciativas de tradução de normas internacionais e de adaptação desta terminologia à realidade brasileira.⁷⁶

Assim, o questionário foi elaborado para recolher informações gerais, conforme o perfil de um guia de fontes, estruturando-se em dois blocos. O primeiro era destinado ao cadastro do informante ou detentor do acervo, com dados como natureza jurídica, subordinação administrativa, endereço, responsável, horário e condições de atendimento ao público e fornecimento de cópias. E o segundo coletava dados do acervo, como nome do fundo ou coleção, natureza jurídica, histórico, datas-limites, dimensões, estágio de tratamento, organização, tema, conteúdo, instrumento de pesquisa, edição de microfilme e restrição de acesso. É importante lembrar que, como um guia, as informações disponibilizadas são bastante gerais, e longe de pretender esgotar o tema, seu objetivo era evidenciar as fontes disponíveis sobre história da África e escravidão negra, conduzindo o pesquisador para acervos por vezes pouco explorados, rompendo “um círculo vicioso de fontes e instituições constantemente utilizadas em pesquisas” (Estevão *et al.*, 1988, p. XXIX).

O DESAFIO DE FAZER O GUIA DE ÁFRICA

Conforme a metodologia utilizada pela Unesco, foi constituída pela portaria ministerial n. 561, de 12 de novembro de 1986, a Comissão Nacional do Guia Brasileiro de Fontes para a História da África,

76 Dentre as iniciativas brasileiras em terminologia arquivística, destacamos: o *Glossário de terminologia arquivística* realizado pela Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB (1972), que se transformou na NBR 9578: Arquivo – Terminologia, em 1986; *Dicionário de termos arquivísticos: subsídios para uma terminologia arquivística brasileira* (1989); *Contribuição do Arquivo Público do Estado de São Paulo para elaboração do dicionário de terminologia arquivística* (1989); *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística: contribuição para o estabelecimento de uma terminologia arquivística em língua portuguesa* (1990), e *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística* (2005) (ARQUIVO NACIONAL, 2005).

da Escravidão Negra e do Negro na Sociedade Atual, composta pelo ministro de Estado da Justiça, Paulo Brossard, presidente, Celina do Amaral Peixoto, vice-presidente, Vítor Manoel Marques da Fonseca, secretário-executivo, Carlos Alfredo Hasenbalg, Carlos Moura, Francisco Iglésias, Gilberto Freyre, Jaime Antunes da Silva, José Sebastião Witter, Josué Montello, Luiz Felipe de Alencastro, Luiz Henrique Dias Tavares, Maria Yeda Linhares e Robert Slenes, sendo suplentes Francisco Carlos Teixeira da Silva e Edson Nery da Fonseca (Arquivo Nacional, [1989], v. 1, p. 83).⁷⁷

A construção política do trabalho se deu em várias frentes, o que foi absolutamente necessário pela dimensão da tarefa a ser realizada com baixíssimos recursos financeiros, em parte cobertos pela Unesco e o maior montante, pela Fundação Ford. De resto, a realização se deu pelas parcerias que foram constituídas ao longo dos trabalhos com diferentes órgãos públicos, governos estaduais e empresas, que cobriam gastos diversos, direta ou indiretamente, desde a impressão de formulários à publicação do guia.⁷⁸ A exitosa campanha publicitária garantiu uma grande identificação do levantamento do acervo arquivístico com a celebração do centenário da abolição, em que todos eram convidados a participar indicando acervos sobre a temática. Houve intensa publicidade em torno do projeto, com nomes como Gilberto Gil, Martinho da Vila, o fotógrafo Januário Garcia e Djavan. Além da televisão, o guia foi divulgado em

77 Ao longo dos trabalhos, a comissão sofreria alteração. Em 20 de novembro de 1987, pela portaria n. 853, o historiador Luiz Henrique Dias Tavares pediu seu desligamento, sendo substituído por Kátia M. de Queiroz Mattoso, e Gilberto Freyre, por Edson Nery da Fonseca. Foram incluídos os nomes de Gilberto Passos Gil Moreira e Martinho José Ferreira, mais conhecido por Martinho da Vila.

78 Participaram do projeto, com apoio sob a forma de recursos diretos e indiretos, além da Unesco e da Fundação Ford, Ministério da Justiça, Imprensa Nacional, Caixa Econômica Federal (CEF), IBGE, Varig, Fundação Mudes, Associação de Arquivistas Brasileiros (AAB), White Martins, TV Educativa do Rio de Janeiro, Jornal Última Hora, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), Indústria Klabin de Papel e Celulose S. A.

cartazes, folders, prospectos, além de uma caixa postal conquistada do Ministério das Comunicações (Wanderley, 1988, p. 113).⁷⁹

Ainda que não se pretenda fazer uma análise verticalizada sobre a relação entre memória e identidade na comemoração pelo centenário da abolição, é importante ressaltar o contexto em que o Guia de África foi realizado. O centenário da abolição ocorreu na chamada transição democrática, momento em que se finalizavam os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte e se organizavam novos arranjos sociais para fazer frente a outros objetos e atores sociais, conformados na luta contra a ditadura civil-militar. Assim, a efeméride esteve no centro de intensos debates públicos, colocando em pauta os processos de discriminação e violência historicamente sofridos, bem como a disputa e redefinição de lugares de memória da nação (Heymann; Arruti, 2012).

Sem dúvida, a celebração do centenário da abolição foi um mote fundamental para a divulgação do protejo do Guia de África. Ainda que o trabalho tivesse se associado às comemorações oficiais e pudesse ter se revestido das críticas de setores organizados da sociedade, especialmente identificados com a luta antirracista, o Guia de África conseguiu estabelecer um forte vínculo social. O trabalho desde o início ganhou o apoio de importantes lideranças, como Januário Garcia, que além de fotógrafo renomado foi presidente do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN), Gilberto Gil, então presidente da Fundação Gregório de Matos, e Martinho da Vila, responsável do projeto Kizomba. Ao fazer o comercial para divulgação do guia, Januário Gracia faz referências às críticas que sofrera

79 Os recursos destinados pela Unesco para realização do guia foram complementados pela Fundação Ford, que financiou todo o levantamento de dados e o seu processamento eletrônico. A White Martins, com base na lei n. 7505, de 1986, a chamada Lei Sarney, patrocinou a elaboração de toda a campanha de divulgação e viabilizou a mídia impressa, além do número especial da revista *Arquivo & Administração*, da AAB (SILVA, 1988, p. 3; ARQUIVO NACIONAL, [1989], p. 86-87). Destaca-se ainda o papel inovador, num projeto com o perfil do Guia de África, de Regina Maria Marins Wanderley, que atuou bastante na obtenção de apoios por empresas, públicas e privadas, e de artistas e pessoas públicas.

por associar sua imagem a um projeto do governo (1988, p. 118), mas o trabalho rapidamente se distinguiu, por constituir-se como importante instrumento que permitiria ampliar a pesquisa sobre a escravidão negra, por acervos então desconhecidos.

No III Seminário Nacional de Arquivos Estaduais, realizado de 1º a 3 outubro de 1986, em Recife, em reunião com os diretores dos arquivos estaduais, houve um ato de instalação do projeto do Guia de África pela diretora-geral do Arquivo Nacional, representando o ministro Paulo Brossard, presidente da comissão nacional. Além da instalação, por dois dias foram discutidos, com monitores já designados de 18 arquivos de 14 estados, além do Distrito Federal, os arquivos estaduais e municipais, além de a metodologia e estratégia para realização do trabalho. Os monitores em cada estado foram definidos pelos arquivos estaduais, cabendo-lhes coordenar o trabalho de levantamento em sua instituição e em seu estado, dirimir dúvidas no preenchimento dos questionários, além de estimular a parceria de outras instituições (Arquivo Nacional, [1989], v. 1, p. 84). Em julho de 1987, foi realizado um encontro técnico de monitores na cidade do Rio de Janeiro e, em outubro desse ano, membros da coordenação nacional percorreram todas as capitais discutindo com as equipes os trabalhos nos estados, o que seria complementado ao longo do projeto por intensa troca de correspondência e frequentes conversas telefônicas (Estevão; Fonseca; Silva, 1988, p. 6).

O levantamento foi precedido por um árduo trabalho de pesquisa de possíveis detentores de acervos, pessoas físicas e jurídicas, para elaboração de um cadastro; contato com instituições públicas e privadas para convite a integrarem o projeto, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e a Coordenadoria de Acervos Museológicos da Fundação Pró-Memória, que colaboraram com o envio de correspondência e a mobilização de suas respectivas redes em todo território nacional (Arquivo Nacional, [1989], v. 1, p. 83). Além disso, obteve-se autorização da Santa Casa da Misericórdia para realização de pesquisa em suas dependências, incluindo

cemitérios públicos sob sua gestão; das corregedorias gerais de justiça de vários estados, que credenciaram as equipes do projeto, facilitando o acesso ao acervo sob a guarda dos cartórios de diversas entrâncias. Além destas, o projeto contou com a adesão, de diferentes formas, da Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) e da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), o que facilitou o acesso aos acervos de dioceses, ordens, congregações e irmandades religiosas, bem como da Associação Nacional de Professores Universitários de História (Anpuh). Importante destacar também a participação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), que participou ativamente da execução do Guia de África, realizando a gestão administrativa do projeto.

Na cidade do Rio de Janeiro, o levantamento foi dividido entre o Arquivo Nacional e o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, cabendo ao primeiro a cidade e ao segundo o interior do estado. Nos estados, a monitoria do projeto ficou a cargo dos arquivos estaduais, o que poderia ser compartilhado com outras instituições, dependendo da realidade local. Cabia a cada estado delimitar o universo a ser pesquisado, obedecendo a dinâmicas específicas, o que envolvia compreender a importância da escravidão em seu contexto local, os municípios e as instituições existentes até 1888, bem como suas trajetórias históricas, porque mesmo aqueles criados após esta data poderiam acumular documentação relativa aos temas. Este trabalho orientava as visitas às capitais e aos municípios do interior com maior probabilidade de possuírem acervo.

Após a identificação e contato com o informante, o trabalho de levantamento obedeceu a uma metodologia orientada pela coleta informações previstas no questionário, o que compreendia os dados cadastrais do informante, a identificação do acervo e sua organização, dimensões e instrumentos de pesquisa existentes, a descrição do conteúdo relativo aos temas do projeto, levantamento do histórico e das demais observações. Dada as dimensões do Guia de África, o tempo de execução do projeto e o volume dos acervos,

o levantamento de dados na maior parte das vezes era feito por amostragem. O processamento dos resultados, a revisão e a edição da publicação ficaram a cargo da coordenação do Arquivo Nacional.

Ao final dos trabalhos, foram visitados 507 municípios, em vinte dois estados da federação, recenseados 1.267 informantes e identificados 1.814 conjuntos documentais relativos aos temas África e/ou escravidão negra. A pesquisa foi compartilhada com uma série de instituições: a Coordenadoria de Acervos Museológicos da Fundação Pró-Memória, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, os arquivos estaduais de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe, o Arquivo do Distrito Federal, que assumiu o Estado de Goiás, o Arquivo Municipal de Uberaba, o Arquivo Municipal de Salvador e as universidades federais de Juiz de Fora e Ouro Preto, cada uma delas procedendo ao levantamento em suas respectivas áreas de influência e possibilidades (Estevão; Fonseca; Silva, 1988, p. 6). Coube à Coordenadoria de Acervos Museológicos da Fundação Pró-Memória fazer o levantamento de fontes existentes nos museus a ela ligados em diferentes estados e municípios (Carvalho, 1988, p. 20).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Guia Brasileiro de Fontes para a História da África, da Escravidão Negra e do Negro na Sociedade Atual completa 35 anos, nada mais apropriado que celebremos sua realização e refletirmos sobre o legado que este trabalho cooperativo, realizado no país numa conjuntura tão particular de avanços em relação aos direitos e de garantias asseguradas pelo restabelecimento da ordem democrática, trouxe para a área arquivística. A realização de um projeto de tal

dimensão se valeu de um contexto particular, que permitiu a adesão de inúmeras instituições, não apenas arquivísticas, tendo esta cooperação sido um de seus aspectos mais potentes.

A diretora-geral do Arquivo Nacional, Celina Amaral Peixoto, sublinha o caráter sistêmico do trabalho pelo fato de “uma única instituição ter conseguido armazenar informações sobre acervos depositados em diferentes órgãos públicos e privados do país” (1988, p. XV). Kecskeméti, no prefácio a esta publicação, ressalta a importância do guia, uma experiência “provavelmente, única na história mundial dos arquivos”. Para o arquivista francês, este trabalho marcava o nascimento de uma arquivística brasileira moderna, que integrou os princípios clássicos da disciplina e da informática (Kecskeméti, 1988b, p. XXII).

Pela primeira vez se realizava um trabalho de âmbito nacional sobre um recorte específico, reunindo e divulgando acervos arquivísticos ainda pouco explorados pela pesquisa histórica, instrumentalizando a ampliação de estudos da área sobre África e escravidão negra. Além disso, a campanha publicitária em torno da realização do Guia de África atingiu um público mais amplo do que os arquivos públicos jamais haviam alcançado. O slogan *Nossa história em suas mãos* fez sentido para muitas pessoas, o que pode ser avaliado pelas cartas recebidas de populares desejando conhecer e participar de alguma forma de sua execução.

A força da temática escravidão negra, os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte e as comemorações em torno do centenário da abolição da escravatura nos ajudam a compreender o contexto das cartas recebidas pela coordenação do Guia de África. Em algumas delas, vindas de diversas partes do país, os remetentes parabenizam o Arquivo Nacional pela realização do guia e pedem informações sobre a cultura negra, perguntam quem foi Nelson Mandela e o motivo de sua prisão, porque a África é negra e governada por homens brancos, ou enviam pequenos estudos sobre a questão

negra no país como forma de contribuição – numa delas os coordenadores são chamados de ‘cultivadores da cultura negra.’

O desconhecimento da cultura negra, o lugar do negro na ‘memória nacional’, o desejo de conhecer suas origens e de suas famílias, e o racismo aparecem também em algumas dessas cartas, bem como a solicitação de receber o Guia de África. Este projeto propiciou uma experiência única, que se relaciona às discussões contemporâneas sobre os objetivos e o papel das instituições arquivísticas, em que podem ser elencados temas como identidade e inclusão (Macneil, 2017).

O Guia de África permitiu que os arquivos fossem reconhecidos como lugar de exercício da cidadania e da obtenção de direitos, visibilidade jamais alcançada pelas instituições do país. Vale destacar o intenso trabalho de distribuição do Guia de África, todos os informantes receberam exemplares, bem como instituições culturais (bibliotecas, centros de pesquisa e documentação etc.), universidades. A edição pela Imprensa Nacional em alto número permitiu essa distribuição.

O Guia forneceu um retrato não somente sobre os acervos relacionados à temática, mas também sobre a situação arquivística nacional. Verificou-se a ausência de acervos do Executivo e Legislativo estaduais e municipais, o que nos dá uma ideia do que se perdeu, o mesmo em relação às instituições existentes no século XIX e suas sucessoras, como “companhias de navegação nacionais e estrangeiras, fábricas, estabelecimentos comerciais, sociedades abolicionistas etc.” (Estevão, *et al.*, 1988, p. XXIII).

A situação catastrófica, conforme avaliação de Kecskeméti, do que se identificou no Arquivo Nacional por ocasião do diagnóstico elaborado para execução do projeto de modernização em 1981 – os documentos produzidos pela administração pública federal “permaneciam sem controle arquivístico, acarretando o desaparecimento,

sem vestígios, de fundos inteiros e acumulações maciças em depósitos improvisados, onde documentos de valor, ao lado de peças inúteis, deterioravam-se progressivamente” (1988a, p. 6) – reproduzia-se nos estados e municípios.

Os coordenadores, na introdução ao Guia de África, chamam à atenção ainda que, apesar da campanha de divulgação, não se conseguiu recensear um número expressivo de acervos particulares, predominando no levantamento os cartoriais e paroquiais. Desta forma, neste amplo diagnóstico que o recenseamento do guia permitiu realizar, pode-se perceber “claramente a não existência de uniformidade terminológica entre os técnicos, a falta de uma política de acesso, conservação e organização dos acervos” (Estevão; Fonseca; Silva, 1988, p. 13).

Mas acreditamos que o caráter sistêmico, um de seus traços mais relevantes, esteve mais na execução do trabalho que em seus resultados, ainda que seja indiscutível que o guia permitiu a identificação e o acesso público a documentos sobre a temática África e escravidão negra, especialmente os acervos privados de interesse público e social, com pouca ou nenhuma visibilidade até então. O guia se valeu e acentuou os esforços que vinham sendo empreendidos pelo Arquivo Nacional para implantação do Sinar, como assistência técnica aos arquivos estaduais e municipais, programas de treinamento e capacitação, bem como a promoção de eventos nacionais (Jardim, 2014, p. 152-153).

Foi a promoção do relacionamento entre arquivos públicos estaduais e municipais e arquivos privados para a execução do levantamento a marca distintiva deste trabalho. O esforço de capacitação das equipes estaduais, as discussões promovidas entre a coordenação do guia e as instituições envolvidas em torno de técnicas e questões conceituais, o debate com pesquisadores especialistas em África e escravidão negra, com outras instituições e com representantes de diversos segmentos da sociedade civil, estreitou laços e parcerias para além deste.

Por outro lado, a realização do guia também teve repercussão nas instituições que participaram do projeto, com a ampliação do debate técnico, bem como a constituição de um modelo metodológico e de ação para execução de trabalhos similares. Podendo-se observar neste aspecto, por exemplo, a constituição de sistemas estaduais de arquivo e a trajetória profissional dos monitores estaduais, muitos se tornaram diretores de suas instituições. Na verdade, o legado do Guia de África para os arquivos estaduais e municipais está ainda por ser melhor analisado.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Relatório de gestão 1985-1989**, v. 1. Disponível em: <https://bit.ly/3CVuxt3>. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, [1989]. Acesso em: 5 maio 2023.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Relatório de gestão 1985-1989**, v. 2. Disponível em: <https://shre.ink/11TI>. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, [1989]. Acesso em: 3 ago. 2022.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

CARVALHO, Á. M. de F. Coordenação de acervos museológicos Fundação Nacional Pró-Memória. O guia brasileiro e as fontes arquivísticas. **Arquivo & Administração**, p. 19-27, jul. 1988. Edição especial.

COMISSÃO NACIONAL DO GUIA BRASILEIRO DE FONTES PARA A HISTÓRIA DA ÁFRICA. Fundo BR_RJANRIO_T4.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Relatório técnico sobre censo de arquivos públicos instituídos no Brasil**. Disponível em: <https://bit.ly/3NAvUCS>. Acesso em: 3 maio 2023.

COSTA, C. O Arquivo Público do Império: o legado absolutista na construção da nacionalidade. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 14, n.26, p. 217-232, 2001. Disponível em: <https://bit.ly/3NIgbBE>. Acesso em: 3 maio 2023.

DUCHEIN, M. Passado, presente e futuro do Arquivo Nacional do Brasil. **Acervo**. Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 91-98, jul./dez. 1988. Disponível em: <https://bit.ly/42mMDh5>. Acesso em: 3 maio 2023.

ESTEVÃO, S. N. de M.; FONSECA, V. M. M. da; SILVA, J. A. da. O guia brasileiro e as fontes arquivísticas. **Arquivo & Administração**, p. 4-13, jul. 1988. Edição especial.

ESTEVÃO, S. *et al.* Introdução. *In*: ARQUIVO NACIONAL. **Guia brasileiro de fontes para a história da África, da escravidão negra e do negro na sociedade atual**: fontes arquivísticas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1988, v. 1, p. XXV-XXX.

FONSECA, V. M. M. da. A normalização da descrição arquivística: avanços internacionais e a situação do Brasil. *In*: ARQUIVO NACIONAL. **Cadernos de Textos**. Mesa Redonda Nacional de Arquivos. Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <https://shre.ink/1lwR>. Acesso em: 3 maio 2023.

FRANCO, C. do A. P. M. Prefácio da diretora-geral do Arquivo Nacional. *In*: ARQUIVO NACIONAL. **Guia brasileiro de fontes para a história da África, da escravidão negra e do negro na sociedade atual**: fontes arquivísticas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1988, v. 1, p. XIII-XV.

HEYMANN, L. Q.; ARRUTI, J. M. Memória e reconhecimento: notas sobre as disputas contemporâneas pela gestão da memória na França e no Brasil. *In*: GONÇALVES, M. de A.; ROCHA, H.; REZNIK, L.; MONTEIRO, A. M. M. (org.). **Qual o valor da História hoje?** 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, v. 1, p. 96-119.

INDOLFO, A. C. Censo dos arquivos públicos brasileiros públicos e privados e a aplicação da ISAD(G). *In*: I Congresso Nacional de Arquivologia, 2004, Brasília, DF. **Anais do Congresso**. Brasília, DF: ABARQ, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/41nU6vk>. Acesso em: 3 maio 2022.

JARDIM, J. M. O cenário arquivístico brasileiro nos anos 1980. *In*: MARQUES, A. A. C.; RODRIGUES, G. M.; SANTOS, P. R. E. (ed.). **História da arquivologia no Brasil**: instituições, associativismo e produção científica. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros; Faperj, 2014. p. 143-172.

KECSKEMÉTI, C. Le Guide des Sources de l'Histoire d'Amérique Latine. **The American Archivist**, v. 28, n. 1, p. 47-51, jan. 1965.

KECSKEMÉTI, C. A modernização do Arquivo Nacional do Brasil. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 5-10, jul./dez. 1988a. Disponível em: <https://bit.ly/3BAJYV0>. Acesso em: 3mai. 2022.

KECSKEMÉTI, C. Prefácio do secretário-executivo do Conselho Internacional de Arquivos. *In*: ARQUIVO NACIONAL. **Guia brasileiro de fontes para a história da África, da escravidão negra e do negro na sociedade atual**: fontes arquivísticas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1988b, v. 1, p. XXI-XXIII.

MACNEIL, H. Correntes em transformação. *In*: EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017. p. 7-18.

ORIÁ, R. História pública, comemorações e ensino de história: o centenário da República no Brasil (1989-1992). **Revista História Hoje**, v. 8, n. 15, p. 182-202, 2019. Disponível: <https://bit.ly/3LxT0pw>. Acesso em: 4 maio 2023.

SILVA, J. A. Editorial. O guia brasileiro e as fontes arquivísticas. **Arquivo & Administração**, p. 3, jul. 1988. Edição especial.

TESSITORE, V. **Guias de arquivo**: conceitos e elaboração. São Paulo: ARQ-SP, 2012.

VILA, M. Gol de placa. O guia brasileiro e as fontes arquivísticas. **Arquivo & Administração**, p. 119-121, jul. 1988. Edição especial.

WANDERLEY, R. A divulgação do projeto. O guia brasileiro e as fontes arquivísticas. **Arquivo & Administração**, p. 113-115, jul. 1988. Edição especial.